



No segundo painel, debatedores reconheceram que investimentos em patentes impulsionam a economia, mas demora para autorizações do INPI, que tem estrutura limitada, é um dos maiores entraves da inovação

Desafios e gargalos do setor

Falta de pessoal ajuda a fazer com que a liberação de uma patente leve, em média, três a quatro anos, podendo chegar até 15

» ROSANA HESSEL
» FERNANDA STRICKLAND
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» DANANDRA ROCHA

A inovação no setor da saúde exige investimentos vultosos capazes de alavancar qualquer economia. Um exemplo recente é o impacto gigantesco que o Ozempic — medicamento voltado ao combate a diabetes que virou tendência global devido aos benefícios aliados ao emagrecimento —, fabricado pela Novo Nordisk. O faturamento da farmacêutica já supera o Produto Interno Bruto (PIB) do país de origem da empresa, a Dinamarca. E os desafios da inovação nesse segmento são muitos, especialmente no Brasil, que engatinha e tem dificuldades para acelerar o processo de liberação de patentes no mercado doméstico, levando, em média, de três a quatro anos, mas em alguns casos, chegando até 15 anos.

Com isso, os desafios da inovação no setor da saúde foram um dos temas do segundo painel do Summit Propriedade Intelectual: desafios e avanços na proteção da inovação, realizado, ontem, pelo **Correio**, em parceria com a Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma). Além de reduzir a burocracia, os debatedores reconheceram que é preciso melhorar a estrutura do órgão federal responsável pela liberação das patentes, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Julio César Castelo Branco, presidente do INPI, reconheceu que a capacidade atual do órgão para examinar pedidos é menor do que a demanda, e a falta de pessoal é um dos maiores gargalos do órgão. Segundo ele, existem 27 mil pedidos estáveis, mas a capacidade é de até 18 mil, o que gera atrasos de três a quatro anos, em média, mas há 1,5 mil pedidos que estão aguardando uma decisão há 15 anos. “Não temos examinadores suficientes. E não é chororô, não. A conta é clara. Eu tenho 27 mil a 28 mil pedidos de patentes entrando no Brasil estáveis ao longo dos últimos oito anos e a nossa capacidade de decisão é de 18 mil”, afirmou.

Também participaram do painel Renato Porto, presidente da Interfarma, Gustavo de Freitas, engenheiro eletricitista e advogado com especialização em propriedade intelectual, e o deputado federal Júlio Lopes (PP-RJ). Os palestrantes reconheceram a



O INPI não está aparelhado para dar a resposta que as indústrias precisam"

Julio César Castelo Branco, presidente do INPI

importância dos investimentos no setor e a necessidade de redução de burocracias e maior celeridade no processo de concessão de patentes. Castelo Branco contou que, no ano passado, pediu ao governo federal mais 120 funcionários para reforçar o quadro da instituição, mas conseguiu autorização para a contratação de apenas 40 novos servidores. “O INPI não está aparelhado para dar a resposta que as indústrias precisam”, frisou.

Castelo Branco reconheceu que a agilidade na decisão sobre patentes também é um dos gargalos para o desenvolvimento tecnológico no país, e que a simplificação na burocracia e a ampliação de pessoal podem ajudar nesse processo de concessão de patentes, a fim de garantir a proteção sem causar insegurança jurídica. O executivo também defendeu a aprovação do Tratado de Budapeste — acordo internacional que reconhece o depósito de microrganismos para registros de patentes —, que está sendo analisado no Congresso, a fim de acelerar os processos de validação de patentes no país, assim como contribuir para a redução da pirataria.

O engenheiro Gustavo Freitas elogiou os avanços recentes do INPI no combate ao chamado backlog — o acúmulo histórico de pedidos de patente

não examinados, iniciado desde 2019. “Já podemos falar no passado. O INPI fez um trabalho brilhante sem contratar um examinador sequer, só com melhorias de fluxo e gestão. Hoje, o tempo médio de decisão técnica, uma vez iniciado o exame, caiu para menos de um ano — nos padrões internacionais”, disse. Contudo, ele alertou para sinais de estagnação. “Os depósitos de patentes feitos no Brasil são relativamente estáveis, na casa dos 28 mil. Muito abaixo dos mais de 500 mil dos Estados Unidos ou dos mais de 1,6 milhão da China”, comparou. Ele também mostrou preocupação com a queda nas decisões emitidas pelo INPI, o que pode reacender o debate sobre o PTA (sigla em inglês para o mecanismo de compensação de prazo de patente) quando há demora excessiva das análises. O sistema é adotado por países como EUA, Chile e Coreia do Sul.

Impacto econômico

O presidente da Interfarma, Renato Porto, lembrou que a contribuição direta da indústria farmacêutica para o PIB global supera US\$ 750 bilhões e apenas a etapa de pesquisa clínica movimenta mais de US\$ 139 bilhões e o prazo para o desenvolvimento de medicamentos até a aprovação gira, em média, de 9,3 anos.



Os depósitos de patentes feitos no Brasil são relativamente estáveis, na casa dos 28 mil"

Gustavo de Freitas, engenheiro e advogado

“Foram R\$ 750 bilhões investidos no PIB global, 7,8 milhões de pessoas empregadas pelo mundo, no setor de saúde, mais de 30% do valor agregado bruto é investido em pesquisas e desenvolvimento. Além disso, há um dado de que eu mais gosto. A gente trouxe para o país 175 medicamentos inovadores entre oncologia e doenças raras entre os anos de 2013 e 2024”, disse Porto.

Os debatedores também reconheceram que um avanço importante no setor de patentes é a padronização global. E, nesse sentido, o presidente da Interfarma reforçou que a validade de 20 anos da patente “não está em discussão” para a entidade. Além disso, lembrou que esse prazo com a possibilidade de prorrogação por mais cinco anos é um padrão em importantes países e blocos econômicos, como EUA, Japão, China, União Europeia e Reino Unido.

Porto destacou que a indústria enfrenta “desafios gigantesco” para conseguir lançar um produto e disponibilizá-lo no mercado. E um dos argumentos defendidos pela entidade é o ajuste de prazo de patente. Esse tempo, segundo ele, seria justificado por causa da “demora” da análise da patente pelo INPI. No Brasil, o PTA não é previsto na lei, porém questões relacionadas a possíveis reformas no regulamento

que rege patentes são discutidas no Projeto de Lei (PL) nº 2210/22, que modifica as regras para pedido e exame de patentes pelo INPI. A matéria, aprovada pela Câmara dos Deputados, tramita no Senado Federal e Porto mostrou-se favorável às mudanças propostas. Porém, ressaltou ser necessário reformas estruturais na concessão dos registros antes de cogitar mudanças legislativas. “As mudanças em lei são bem-vindas quando elas otimizam a parte estrutural das patentes”, disse.

Apesar dos atrasos na liberação de patentes, o deputado Júlio Lopes, que preside a Frente Parlamentar de Propriedade Intelectual, avaliou que o Brasil registrou progressos significativos na área ao longo das últimas décadas. “Os avanços conquistados merecem ser celebrados, mas temos de seguir em frente com um olhar atento aos gargalos que ainda persistem”, afirmou o parlamentar.

Contudo, reconheceu que ainda há um longo caminho a ser percorrido para consolidar um sistema mais eficiente e competitivo, e reiterou que fortalecer a legislação referente à propriedade intelectual é essencial para o desenvolvimento econômico e para o estímulo à inovação no país.

Como parte de sua atuação legislativa, o deputado destacou



Temos de seguir em frente com um olhar atento aos gargalos que ainda persistem"

Júlio Lopes, deputado federal (PP-RJ)

que uma das prioridades dele é impedir que o sistema regulatório brasileiro continue sendo sobrecarregado. Contudo, admitiu que um ponto importante de preocupação é o déficit de pessoal nas agências reguladoras, um problema que afeta diretamente a agilidade dos processos. “Estamos sem perspectiva de reposição de servidores em áreas estratégicas”, alertou. Mesmo com o avanço da automação e da digitalização dos serviços públicos, ele reconheceu que a contratação de novos profissionais segue sendo uma demanda urgente e inadiável para o pleno funcionamento das agências.

Lopes também defendeu a criação de um modelo de legislação nacional unificada, que possa ser adotado pelos estados e pelo Distrito Federal, conferindo maior autonomia e eficiência ao sistema. Gustavo de Freitas, por sua vez, propôs um diálogo entre o setor produtivo, o INPI, o Congresso e entidades, como a Interfarma e a Agência Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI) para formularem melhorias pontuais no marco legal das patentes. “Podemos pensar em um PTA limitado, que só se aplica em casos extremos de demora injustificada. É uma caderneta de poupança: talvez não precise usar, mas é bom ter”, sugeriu.